

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR CORREGEDOR-GERAL ELEITORAL,
MINISTRO RAUL ARAÚJO**

AIJE n. 0601271-20.2022.6.00.0000

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA e GERALDO JOSÉ RODRIGUES ALCKMIN FILHO, já qualificados nos autos em epígrafe, vêm, respeitosamente, perante Vossa Excelência, em cumprimento à intimação contida na decisão de ID 161898957, apresentar **ALEGAÇÕES FINAIS** nos termos seguintes¹.

I – SÍNTESE DO OCORRIDO

1. O caso é de AIJE proposta pela Coligação Pelo Bem do Brasil contra Luiz Inácio Lula da Silva, Geraldo José Rodrigues Alckmin Filho e Coligação Brasil da Esperança, a questionar a realização da denominada “*Super Live Brasil da Esperança – Grande Ato Brasil da Esperança com Lula 13*”. O evento consolidou a reta final da campanha de 1º turno das Eleições Presidenciais de 2022, reunindo lideranças políticas e sociais, artistas e intelectuais em apoio aos investigados.

¹ Em razão da publicação ocorrida no dia 21/6/2024, sexta-feira, é tempestiva a manifestação de alegações finais apresentadas na data de hoje, dentro do prazo de dois dias previsto no art. 22, X, da LC 64/1990.

2. No entender dos investigantes, houve abuso de poder e uso indevido dos meios de comunicação por parte dos investigados. Em seus termos, afirmaram que **(i) o abuso de poder** teria se caracterizado em virtude de “*showmício com dezenas de artistas consagrados, de cachês milionários*” e que “*o evento buscou atingir público jovem, através de propaganda vedada (showmício)*”; e que **(ii) o uso indevido dos meios de comunicação** se configuraria em decorrência do “*uso de artistas e influencers para aglomerar o público em todo de suas candidaturas (...) não só a junção de pessoas no ginásio do Anhembi, como em bares e nas redes sociais*” – ao menos do que se pode inferir da inexata causa de pedir quanto ao ponto.

3. Além do pedido liminar de abstenção de uso das imagens do evento na campanha dos investigados (parcialmente deferida pelo então relator), requereram também expedição de ofícios a empresas supostamente envolvidas no evento e ao setor de Prestação de Contas deste c. TSE.

4. Em contestação, os Investigados evidenciaram o seguinte, resumidamente:

a. NÃO REALIZAÇÃO DE SHOWMÍCIO.

Tratou-se somente de ato de encerramento de campanha, que contou com a presença de pessoas da classe artística e influenciadores que apoiaram a candidatura. A presença dessas pessoas na ocasião ocorreu em razão de comungarem posicionamentos políticos convergentes, mas não em razão de promoverem entretenimento, para animar e divertir a plateia ali presente. **A figura central do evento foi a candidatura, e não eventuais artistas ou celebridades.** A presença de artistas e/ou influenciadores

em um comício eleitoral, por si só, não significa que o ato é um *showmício*.

b. POSSIBILIDADE DE ARTISTAS EXECUTAREM JINGLES DE CAMPANHA.

É lícito que artistas entoem jingle de determinada campanha em comício eleitoral, **porquanto ali se estará diante de mais uma derivação da livre manifestação política, assim como o é na hipótese de artistas vestirem camisas, utilizarem bonés ou erguerem bandeiras da campanha.**

c. TRANSMISSÃO VIRTUAL DO EVENTO E ALCANCE MODERADO, SEM GRAVIDADE A IMPACTAR NO PLEITO ELEITORAL.

Alegação de “alcance de milhões de pessoas” que não se sustenta nenhum indício. O número de impulsos do evento na internet foi moderado e não destoou dos números praticados nas eleições. Ademais, o evento ocorreu dentro do período permitido pelo art. 240, p.u., do Código Eleitoral, c/c art. 39, § 4º, da Lei 9.504/1997 e art. 15, § 1º, da Resolução-TSE 23.610/2019.

d. INEXISTÊNCIA DE GRAVIDADE OU IMPACTO NAS ELEIÇÕES.

O evento apenas simbolizou o encerramento da campanha de 1º turno. A presença de figuras públicas se traduz somente na manifestação de apoio político dessas pessoas à candidatura ali em voga.

5. Sobreveio decisão de saneamento e organização do processo (ID 159066279), que delimitou as questões controversas e incontrovertidas. **Quanto ao substrato fático incontroverso, foi estabelecido o seguinte:**

"Na hipótese dos autos, o substrato fático que motivou a propositura da AIJE é composto, em um primeiro nível, por:

- a) realização, em 26/09/2022, no Auditório Celso Furtado (Anhembi – São Paulo/SP), de ato eleitoral com duração de aproximadamente cinco horas, denominado "Grande Ato Brasil da Esperança com Lula 13", custeado pela campanha dos investigados para promover sua candidatura;
- b) divulgação do evento por meio de anúncios pagos, por meio de ferramentas dos provedores de internet;
- c) capacidade do auditório de 2.500 pessoas;
- d) participação de artistas e influenciadores ao longo do evento, tanto por meio de vídeos gravados, quanto ao vivo, concedendo entrevistas, fazendo discursos e, em alguns casos, executando jingles da campanha;
- e) transmissão ao vivo do evento pelo canal do Partido dos Trabalhadores - PT no YouTube;
- f) retransmissão por apoiadores;

Esses fatos quedaram incontrovertidos ao final da fase postulatória. Os autores apresentaram link que direcionava ao vídeo hospedado no canal do PT no YouTube. Não houve objeção, por parte dos investigados, à autenticidade ou integridade do material. Ao contrário, o mesmo link foi informado, na contestação, quando se apontou que o conteúdo havia sido tornado indisponível por iniciativa dos investigados."

6. **Quanto à controvérsia fática, delineou-se o seguinte:**

"Considerando-se, assim, todos os temas jurídicos relevantes para o deslinde do feito, são pontos controvertidos, cuja análise deverá ser balizada pelos elementos probatórios coligidos aos autos:

- a) **se o evento se convolou, ainda que parcialmente, em showmício**, o que envolve responder à questão formulada na decisão liminar a respeito da **execução ao vivo de jingles**, à luz do art. 39, § 7º, da Lei nº 9.504/97 e da jurisprudência do STF e do TSE;

- b) **em caso positivo, qual a expressão econômica pode ser atribuída às condutas** que se amoldem ao conceito legal e jurisprudencial de “apresentação artística com a finalidade de animar comício”; e
- c) a **gravidade da conduta**, sob o ângulo qualitativo (grau de reprovabilidade) e quantitativo (repercussão no contexto do pleito específico)."

7. Ainda, a decisão deferiu os requerimentos de prova apresentados (item "b" do dispositivo), os quais foram cumpridos posteriormente, com a resposta da empresa “GL Events”, das “pessoas físicas e jurídicas” elencadas na listagem de ID 159401598, bem como a juntada dos documentos de IDs 158445837 e 158446025 da PCE nº 0601064-21.2022.

8. Com a resposta dos ofícios encaminhados pela Justiça Eleitoral em atendimento aos requerimentos de prova, foi proferida a decisão de ID 161898957, que intimou as partes para apresentarem alegações finais, *“considerando que as provas tidas por imprescindíveis à elucidação da controvérsia já se encontram nos autos; que as diligências faltantes foram determinadas de ofício, a título de informação adicional; e que as partes não indicaram outras provas a produzir”*. É o que se passa a fazer.

II – RAZÕES DE MÉRITO

II.1 – NÃO CONFIGURAÇÃO DE SHOWMÍCIO.

9. Um dos principais enfoques dos investigantes na presente AIJE é a participação de artistas no denominado “Grande Ato Brasil da Esperança com

Lula 13". Para os Investigantes, teria havido prática de propaganda por meio proscrito pela lei eleitoral, a configurar o proibido "showmício" ou "livemício".

10. O conceito de showmício se encontra no art. 39, § 7º, da Lei 9.504/1997 e é assim descrito:

Art. 39. A realização de qualquer ato de propaganda partidária ou eleitoral, em recinto aberto ou fechado, não depende de licença da polícia.

(...)

§ 7º É proibida a realização de showmício e de evento assemelhado para promoção de candidatos, bem como a apresentação, remunerada ou não, de artistas com a finalidade de animar comício e reunião eleitoral.

11. Como visto, a lei proíbe o showmício ou a participação de artistas para animar comício eleitoral, ainda que de forma não remunerada. Ainda quanto à conceituação precisa daquilo que a lei efetivamente proíbe, interessa observar a compreensão doutrinária de que "show é, tecnicamente, considerado um espetáculo voltado à diversão da plateia; assim, showmício consiste em um comício animado por um espetáculo de diversão da plateia"².

12. A ideia apresentada por José Jairo Gomes também é relevante para aquilar a verdadeira natureza do evento questionado na presente demanda, de modo a evitar interpretações extensivas sobre o que o legislador vedou, impedindo prejuízo a preceitos norteadores do processo eleitoral, como a liberdade de expressão e a participação do povo.

² ZILIO, Rodrigo Lopez. Direito Eleitoral – 8. Ed. Rev. Ampl. Atual – São Paulo: Ed. Juspodivm, 2020.

13. Primeiramente, o autor observa que, em partes, o legislador deixou à doutrina e à jurisprudência o que se deve compreender como “showmício” e “evento assemelhado”, e indica que *“deve se considerar como tal o evento em que haja divertimento, entretenimento, recreação ou mero deleite dos presentes”*³.

14. Isto é, de acordo com a doutrina, a participação dos artistas no comício eleitoral deve ser voltada à recreação dos presentes. Isto é, a presença de artistas, com a realização de suas apresentações/shows, tem a finalidade subjacente de atrair espectadores para o comício e, assim, dar visibilidade à candidatura ali envolvida.

15. A propósito, ainda a nível conceitual, é imprescindível revisar a jurisprudência deste Tribunal Superior Eleitoral, com a acuidade que o caso exige. Em seu entendimento, verifica-se a **caracterização de showmício não pela simples participação de artistas em manifestação de sua posição política, mas quando os artistas se apresentam para que sua força mobilizadora seja elemento artificial para a atração de presença ao evento eleitoral**.

16. A REPRESENTAÇÃO Nº 0600879-80, que tem como cenário justamente as Eleições de 2022, é um importante paradigma. No caso, o TSE destacou justamente a **participação de artistas com um “elemento artificial”, um chamariz** voltado a agregar presença ao ato eleitoral. A **artificialidade da presença de artistas, ainda que de forma gratuita, é definida pela “quebra do voluntarismo de comparecimento” dos espectadores**, que ali participam não

³ GOMES, José Jairo. Direito Eleitoral, 2022, p. 587

pela candidatura, mas para consumir o show artístico gratuito que lhes fora oferecido. A propósito, eis a ementa do paradigma em referência:

ELEIÇÕES 2022. REPRESENTAÇÃO. PROPAGANDA ELEITORAL IRREGULAR. PRESENÇA DO CANDIDATO À PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA NA FESTA DO PEÃO DE BARRETOS. ALEGADA CONFIGURAÇÃO DE SHOWMÍCIO OU EVENTO ASSEMELHADO. ART. 39, § 7º, DA LEI Nº 9.504/1997. AUSÊNCIA. INEXISÊNCIA DE OFENSA AO ART. 57-C, § 1º, INCISO I, DA LEI Nº 9.504/1997. RECURSO DESPROVIDO.

1. Muito embora o legislador não defina o conceito preciso de "showmício" ou de "evento a ele assemelhado", a norma é clara ao estabelecer a "finalidade eleitoral" do encontro como pressuposto necessário para a configuração dessa modalidade proibida de propaganda eleitoral. Daí a igual proibição de eventos "para a promoção de candidatos", e da apresentação de artistas "com a finalidade de animar comício e reunião eleitoral".

2. A ratio subjacente à lei é a de vedar que a força mobilizadora dos artistas sirva como elemento de artificial atração de presença para eventos eleitorais, como comícios, reuniões eleitorais ou quaisquer outros encontros que tenham sido concebidos justamente e precisamente para promover determinada candidatura.

3. Um dos objetivos da lei, para além do barateamento das campanhas, foi o de evitar que eventuais apresentações artísticas gratuitas atraiam pessoas a eventos tipicamente eleitorais e de promoção de candidatos aos quais elas jamais compareceriam, submetendo-as a mensagens políticas que elas igualmente jamais consumiriam, não fosse a força atrativa da programação artística gratuita que lhes foi oferecida.

4. Nesses casos, tem-se típica situação de artificial arregimentação de público, com a quebra da autenticidade e do voluntarismo do ato de comparecimento, que é motivado não pelo genuíno desejo de tomar parte em evento de natureza eleitoral e de

promoção de candidatura, o que acaba ocorrendo, mas, sim, pelo desejo primordial de participar do entretenimento artístico que gratuitamente foi disponibilizado.

5. Isso não equivale a dizer que eventos artísticos e culturais, e não eleitorais, concebidos não para divulgar qualquer candidatura, mas para propagar arte e entretenimento, pagos (e não gratuitos), sejam incompatíveis com atos de manifestação política ou mesmo com a presença de candidatos ou titulares de mandatos eletivos.

6. Em eventos de arte e de cultura, a política é não é "persona non grata". Muito antes pelo contrário, tal como assentou o Supremo Tribunal Federal, no julgamento da ADI 5.970, Rel. Min Dias Toffoli, ela é convidada mais que bem-vinda.

(...)

11. Recurso desprovido. Recurso na Representação nº060087980, Acórdão, Min. Maria Claudia Bucchianeri, Publicação: PSESS - Publicado em Sessão, 30/09/2022.

17. Portanto, congregar os preceitos doutrinários e jurisprudenciais permite o correto entendimento acerca do showmício, que se pode assim resumir: apresentação e/ou participação de artistas como **elemento artificial** com vistas a atrair público ao evento eleitoral, de modo que há uma **mescla entre shows artísticos e promoção de candidatura**, sendo que **os espectadores são atraídos em razão dos artistas e não dos candidatos**.

18. Em outras palavras, e na busca de ser exemplificativo, entende-se que se consubstancia o showmício, ou mesmo o chamado evento assemelhado, quando há promoção de uma apresentação artística (ou de evento cultural de modo geral), arregimentando os eleitores para se fazerem presentes em determinado evento. Uma vez presentes, além de se deleitarem com o evento chamariz, serão

alvo de propaganda política daquele que patrocinou toda a estrutura, incluindo o pagamento de artistas.

19. Esse, definitivamente, não é o cenário do caso em questão.

20. A contestação dos Investigados – cujos termos aqui não se rebrisam, para evitar delongas – **demonstrou que a figura principal do evento era a candidatura dos investigados**, fato que esteve sempre aberto de forma franca a todos os presentes. Os artistas presentes, igualmente, o fizeram de forma voluntária e em regular exercício de seu direito de apoio político, o que se confirma até mesmo das respostas dos ofícios encaminhados pelo TSE em atenção ao requerimento probatório dos investigantes, o que será visto detalhadamente adiante.

21. De igual modo, **não houve “programação artística”**; os artistas e figuras públicas presentes no evento não pronunciaram suas músicas ou quaisquer outras formas de manifestação artística pela qual sejam particularmente reconhecidas. **Com efeito, o que houve foi a execução de jingles de campanha. Essa delimitação fática decorre das decisões concessiva de liminar (ID 158158316) e saneadora (ID 159066279)**

II.1.1 – POSSIBILIDADE DE EXECUÇÃO DE JINGLE DE CAMPANHA POR ARTISTAS. RESGUARDO À MANIFESTAÇÃO POLÍTICA DE TODOS OS CIDADÃOS.

22. Como visto, a (im)possibilidade de artistas executarem *jingles* de campanha é um dos pontos controvertidos da presente demanda. A esse respeito, veja-se a

indagação suscitada pelo então relator na decisão concessiva de liminar parcial: “*a apresentação de artistas, nos comícios, para executar, ao vivo, jingles de campanha, é capaz de atrair a vedação do art. 39, § 7º, da Lei 9504/1997?*”.

23. A resposta é absolutamente negativa.

24. Quanto ao assunto, é crucial destacar a compreensão de que, **durante as eleições, a liberdade de expressão deve ser vista em sua faceta mais ampla** (ainda que submetidas às conhecidas limitações que naturalmente lhe impedem a atribuição de um caráter absoluto). Essa é a jurisprudência:

“A atuação da Justiça Eleitoral para restringir a propaganda eleitoral e, conseqüentemente, a liberdade de expressão, com a remoção de conteúdos, deve ser medida excepcional. Isso porque a propaganda eleitoral é o meio adequado para a livre circulação de ideias políticas e eleitorais, impondo a **intervenção minimalista** desta Justiça especializada, sob pena do comprometimento do próprio direito do eleitor ao acesso à informação.”

Recurso na Representação nº060123053, Acórdão, Min. Raul Araujo Filho, Publicação: DJE - Diário de Justiça Eletrônico, 26/05/2023.

25. É inconcebível a alegação dos investigantes de que artistas/figuras públicas não podem se manifestar politicamente e demonstrar publicamente o seu apoio, mesmo que a partir da canção de jingles de candidatos que apoiam.

A bem dizer, se tal ideia for acolhida por este e. TSE, o resultado do julgamento seria de que a liberdade de expressão, em que pese valor fundamental da democracia, especialmente nas eleições; não se aplica para artistas e figuras

públicas, que estariam então vedados de entoar jingles de campanha publicamente.

26. As eleições são o clímax da democracia. Não cabe sugerir que a manifestação de apoio político seja importante para o exercício da cidadania somente em casos de anonimato da pessoa que se manifesta. **A cultura e a arte configuram importantes pilares da construção do senso de cidadania, quer no aspecto do desenvolvimento de coletividade, quer na evolução das opiniões individuais de cada cidadão ou cidadã.**

27. Vale recordar que, em aprofundado voto proferido no julgamento da ADI 4815/DF, no qual destacou a “posição privilegiada” (*preferred position*) da liberdade de expressão no exercício de direitos fundamentais, **o Ministro Roberto Barroso observou que “as liberdades comunicativas constituem claramente uma condição para a criação e o avanço do conhecimento e para a formação e preservação do patrimônio cultural de uma nação”.**

28. Nesse sentido, impedir que *jingles* sejam entoados por artistas em evento eleitoral, sob pena de incorrer na vedação do art. 39, § 3º, da Lei 9.504/1997, é concretizar uma restrição da manifestação política jamais almejada pelo legislador ou pelo constituinte.

29. A propósito, a decisão que concedeu em parte a antecipação de tutela foi zelosa ao fundamentar a determinação de exclusão dos trechos em que artistas cantam jingles (descritos na tabela inserida em tal *decisum*) como uma precaução, guardando para a posteridade a avaliação de tal ocorrido é ilícito ou não. Por

isso, antecipou-se a tutela somente por entender que era preciso “*aprofundar o debate*” quanto ao tema, e não de forma satisfativa de mérito⁴.

30. Com efeito, a consagração da liberdade de manifestação de artistas em períodos eleitorais é elemento observado, inclusive, na ADI 5970 (já suscitada nesta demanda), quanto à constitucionalidade do § 7º, do art. 39 da Lei 9.504/1997. No julgamento, o Supremo Tribunal Federal dá o tom, posteriormente adotado por este e. TSE na referida REPRESENTAÇÃO Nº 0600879-80, de que o que norma proíbe é o uso de show/programação artística como chamariz de espectadores; bem como que a vedação a showmício não pode obstar a liberdade de expressão. Veja-se:

EMENTA Ação direta de inconstitucionalidade. Artigo 39, § 7º, da Lei nº 9.504/1997. Proibição de showmícios ou eventos assemelhados não remunerados. Ausência de contrariedade à liberdade de expressão e ao princípio da proporcionalidade. Artigo 23, § 4º, inciso V, da Lei nº 9.504/1997. Doações eleitorais mediante promoção de eventos de arrecadação organizados diretamente pelo candidato ou pelo partido político. Interpretação conforme à Constituição. Possibilidade de realização de apresentações artísticas ou shows musicais em eventos destinados à arrecadação de recursos para campanhas eleitorais. Pedido julgado parcialmente procedente. 1. Por sua natureza de propaganda eleitoral, o showmício é voltado ao público em geral e presta-se para o convencimento do eleitorado mediante oferecimento de entretenimento, ou, mais especificamente, de show artístico no contexto do comício ou de evento eleitoral realizado para a promoção de candidatura, nos quais o artista e o candidato dividem o palco/palanque com o objetivo de obter votos. 2. **O Supremo Tribunal Federal reconhece a instrumentalidade da liberdade de expressão no contexto político-eleitoral, visto que se destina a estimular e**

⁴ “Desse modo, é preciso aprofundar o debate, a fim de avaliar se, em caso de apresentação ao vivo, a execução de jingle adquire os mesmos contornos da execução de repertório comercial, sendo por isso vedada; ou se consiste em variável da manifestação de apoio político, abrangida pela liberdade de expressão” – ID 158158316

ampliar o debate público, permitindo que os eleitores tomem conhecimento dos diversos projetos políticos em disputa. O destinatário último da troca de informações durante o período eleitoral é o cidadão eleitor, titular do direito ao voto, que deve ser exercido de forma livre e soberana. Não são admitidas, por contrárias à liberdade de expressão, limitações que venham a desencorajar o fluxo de ideias e propostas de cada candidato, ou a exercer uma censura prévia quanto a determinado conteúdo, cabendo a responsabilização, a posteriori, por eventuais abusos praticados no exercício desse direito. Precedentes: ADI nº 3.741/DF, Tribunal Pleno, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, DJe de 23/2/07; ADI nº 4.451/DF, Tribunal Pleno, Rel. Min. Alexandre de Moraes, DJe de 6/3/19; ADI nº 4.650/DF, Tribunal Pleno, Rel. Min. Luiz Fux, DJe de 24/2/16.

3. É também assegurado a todo cidadão manifestar seu apreço ou sua antipatia por qualquer candidato, garantia que, por óbvio, contempla os artistas que escolherem expressar, por meio de seu trabalho, um posicionamento político antes, durante ou depois do período eleitoral. A proibição dos showmícios e eventos assemelhados não vulnera a liberdade de expressão, já que a norma em questão não se traduz em uma censura prévia ou em proibição do engajamento político dos artistas, visto que dela não se extrai impedimento para que um artista manifeste seu posicionamento político em seus shows ou em suas apresentações. A norma em tela está a regular a forma com que a propaganda eleitoral pode ser feita, não se confundindo com a vedação de um conteúdo ou com o embargo da capacidade de manifestação de opiniões políticas por parte de qualquer cidadão.

4. A medida se justifica pelo intuito de evitar o abuso de poder econômico no âmbito das eleições e de resguardar a paridade de armas entre os candidatos. O caráter gratuito do showmício ou do evento assemelhado não é suficiente para afastar o desequilíbrio por eles provocado entre os concorrentes a cargos eletivos, havendo clara vantagem para aquele que tem apresentações artísticas associadas à promoção de sua campanha, ainda que sem pagamento de cachê. Também se justifica no fato de que a promoção de uma candidatura por meio do patrocínio de um show destinado ao público em geral poderia ser considerada como oferecimento de uma vantagem ao eleitor, o qual acabaria por associar sua experiência de entretenimento ao político homenageado. 5. Enquanto o showmício configura uma modalidade de propaganda eleitoral direcionada ao público

em geral para obtenção de votos, o evento destinado à arrecadação de recursos para a campanha eleitoral tem finalidade diversa, qual seja, a de mobilizar os apoiadores da candidatura com o intuito de obter recursos para a viabilização da campanha eleitoral. A realização de evento dessa natureza tem respaldo constitucional, por se tratar de uma modalidade de doação que proporciona ao eleitor, como pessoa física, participar do financiamento da democracia representativa, o que reflete o espírito republicano da Carta de 1988, pois possibilita que o cidadão viabilize ativamente o projeto político de sua escolha.

6. Ação direta de inconstitucionalidade julgada parcialmente procedente, reconhecendo-se como parte do escopo do art. 23, § 4º, inciso V, da Lei nº 9.504/1997 a possibilidade de realização de apresentações artísticas ou shows musicais em eventos de arrecadação de recursos para campanhas eleitorais, não se aplicando o princípio da anualidade eleitoral a esse entendimento.

(ADI 5970, Relator(a): DIAS TOFFOLI, Tribunal Pleno, julgado em 07-10-2021, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-043 DIVULG 07-03-2022 PUBLIC 08-03-2022)

31. Como visto em contestação, o *jingle* é a versão audível da logomarca de uma campanha. Entoar um *jingle* é o mesmo que utilizar vestimentas (camisetas, bonés), porém, de maneira a emitir a mensagem de forma audível, e não visual. Impedir artistas de executarem o *jingle* de uma campanha incorreria na indesejada restrição da liberdade de expressão e manifestação artística, em diametral oposição com aquilo que o a lei, a Constituição, a doutrina e a jurisprudência esperam de um período eleitoral.

II.2 – REGULARIDADE DO EVENTO SOB A PERSPECTIVA DA AUSÊNCIA DE ABUSO DE PODER OU USO DE INDEVIDO DE MEIO DE COMUNICAÇÃO.

32. Uma das teses jurídicas defendidas pelos investigantes é a de “*emprego desmesurado de recursos financeiros em um único ato de campanha*” (vide item “a” da

“capitulação jurídica” definida na decisão de saneamento de ID 159066279). Além disso, sustentam, em resumo, que o evento “*atingiu a lisura de todo o processo eleitoral*” porque “*a ausência de declaração de doações estimáveis*” [de artistas] seria “*indício de que outras obrigações eleitorais assessórias foram também descumpridas*” [sic].

33. Para aclarar tais pontos, o então relator deferiu o requerimento de provas, os quais se passa a analisar adiante.

II.2.1 – ANÁLISE DOS ELEMENTOS PROBATÓRIOS CONSTANTES NOS AUTOS.

i) INFORMAÇÃO ASEPA (ID 158561090) E TRASLADO DOS DOCUMENTOS DE IDs 158445837 e 158446025 da PCE 0601064-21

34. O primeiro elemento colacionado foi a informação da ASEPA de ID 158561090, sobre o qual já se manifestaram ambas as partes (IDs 1586200707 e 158620381).

35. Quanto ao ponto, para evitar repetições, reiteram-se os termos da petição de ID 158620381. A informação da ASEPA reafirma o fato de que a Prestação de Contas foi aprovada, transitando em julgado; além de constatar a ausência de declaração de doações estimáveis em relação a artistas, motivo pelo qual se destacou, já naquele momento processual, que a “*presença das tais figuras públicas no evento ocorreu como forma de, voluntariamente, manifestarem o seu apoio à candidatura que era o centro do evento, em absoluto exercício de seu direito de manifestação*”.

36. Por fim, destacou-se que o valor declarado para a realização do evento – R\$ 1.068.590,93 - não corresponde sequer a 1% (um por cento) do valor total das despesas efetuadas para a realização da campanha⁵, revelando-se, assim, a razoabilidade e modicidade nos custos de realização do evento e ausência de gravidade no pleito eleitoral.

37. Na informação referida, a ASEPA sugere “*o traslado dos documentos constantes dos IDs-PJe nº 158445837 e nº 158446025 do PJe nº 0601064-21 para estes autos*”, o que é feito nos ID 159512110 e 159512111 do presente processo. Assim, os documentos extraídos das prestações de contas apenas corroboram a manifestação da ASEPA, que atesta a regularidade das contas prestadas, conforme a manifestação dos investigados de ID 158620381.

ii) IDs 159542435 E 159542444 – RESPOSTAS DE SONY MUSIC ENTERTAINMENT E TRIGO CASA DE COMUNICAÇÃO.

38. As respostas nos referidos IDs retrataram equívoco dos investigantes. Ambas as empresas afirmaram não representar os artistas respectivos. A Sony afirmou que, quanto ao artista Lukinhas, a resposta seria devida pelo escritório que representa o artista; e a Trigo de Comunicação afirmou que não representa a artista Mônica Martinelli.

39. Portanto, nada há de interesse em tais respostas.

⁵ <https://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/candidato/2022/2040602022/BR/280001607829>

iii) IDs 159542438, 159542442, 159542446, 159572172 e 159567351 –
**RESPOSTAS DE DANIELA MERCURY, MÔNICA MARTINELLI, JULIANO
MADERADA, SALGADINHO E ROGÉRIA HOLTZ.**

40. As respostas de todos os artistas elencados neste subtópico foram uníssonas em afirmar que a participação ocorreu sem recebimento de cachê. De acordo com as respostas, tampouco há estimativa de cachê, pois as pessoas participaram do evento de forma voluntária, em manifestação de apoio político à candidatura ali em evidência.

41. **Daniela Mercury** asseverou que sua participação “ocorreu como cidadã brasileira, em livre exercício de suas prerrogativas constitucionalmente asseguradas, sem que possa ver atribuído um valor monetário para sua participação artística como cidadã”; e **Monica Martinelli** pontua que “foi tão somente um ato de apoio político, assegurado pelo artigo 5º, da Constituição Federal, e não uma atuação profissional, vez que, frisa-se, a sua participação não foi uma manifestação artística, mas sim, uma manifestação enquanto cidadã em um Estado Democrático de Direito, não há como se falar em precificação de cachê”.

42. **Juliano Maderada** afirmou que participou como “apoiador da candidatura” e em razão de “convergência de posicionamento existente no campo político”; **Salgadinho** afirmou que “não faz presença vip”, nem “firma contrato para execução de apenas uma música”. **Rogéria Holtz** foi incisiva em aduzir que “participou do sobredito evento na qualidade de eleitora e cidadã que se encontrava extremamente preocupada com o cenário anti-democrático que assolou nosso país durante o período de 2018 à 2022”.

iv) IDs 159542440 e 159547674 – RESPOSTAS DE MAX BO E FABIANA COZZA.

43. Neste último grupo, **MAX BO** afirmou não ter recebido por sua participação, e “*Para fins de comparação, cumpre informar que a remuneração para pequena participação do referido artista em sua qualidade de MC durante um evento promovido pela Prefeitura de São Paulo, no mesmo período, totalizou R\$ 5.000,00*”. **Fabiana Cozza** afirmou que nada cobrou, por se tratar de apoio à candidatura, mas em shows com outro artistas cobra valores de R\$ 1.000 a R\$ 10.000,00.

v) ID 159590672 – GL EVENTS CENTRO DE CONVENÇÕES ANHEMBI S.A.

44. Por sua vez, a empresa que alugou o local para a realização do evento demonstrou pagamentos de R\$ 122.380,76; R\$ 12.238,07; bem como relatório de custos pós-evento no valor de R\$ 29.909,16. Nada que já não conste da prestação de contas, ou que fuja do razoável em comparação com o gasto global da campanha.

vi) CONCLUSÃO

45. A instrução probatória concretizou a licitude do evento. Não houve abuso de poder econômico ou uso indevido de meio de comunicação, de maneira que caem por terra todas as alegações dos investigantes, motivo pelo qual a presente AIJE é flagrantemente improcedente.

46. A resposta dos artistas convergiu no sentido de que ninguém recebeu para se fazer presente; **o que os motivou foi poder prestigiar a candidatura e o encerramento da campanha de primeiro turno.** Na linha das respostas de todos os artistas – mesmo aqueles que, de maneira remota e genérica, apontaram estimativa – sua participação no evento se deu em decorrência de seu direito de manifestação política.

47. É exatamente por isso que a alegação de ilicitude por ausência de declaração de doação estimável em dinheiro é inconsistente e não consentânea com a realidade do processo. Não há como estimar, pois ali não estavam para prestar um serviço, mas para manifestar vontade de mudança, seu anseio por um Brasil melhor e para registrar seu voto de confiança no governo que ali se propunha.

48. **Vedar a participação desses artistas em eventos dessa natureza configura, direta e verdadeiramente, uma violação gritante às liberdades de tais pessoas enquanto cidadãs, e, no contexto dos autos, uma infundada restrição da propaganda eleitoral.**

II.3 – REPERCUSSÃO INCAPAZ DE MACULAR O EQUILÍBRIO DO PLEITO ELEITORAL.

49. A realização do evento em tela ocorreu de maneira absolutamente lícita. Verificada a legítima possibilidade de artistas entoarem *jingles* da candidatura de sua predileção, a instrução probatória demonstrou cabalmente a ausência de irregularidade, desconstituindo-se por completo a ilação dos investigantes a respeito de ausência de declaração de doações em estimáveis, à medida em que

cada personalidade presente no evento o fez como manifestação de sua participação na vida política do País.

50. Com efeito, é importante recordar os itens “c” e “d” das teses jurídicas acusatórias delimitadas na primeira decisão saneadora. No **ponto “c”**, o evento às vésperas da eleição teria impedido conduta reativa por parte de concorrentes e passado a mensagem de que toda a classe artística apoiava Lula e Alckmin; e no **ponto “d”**, a alegação de que o evento atingiu público considerável.

51. Quanto à alegação contida no item “c”, destaca-se, novamente, sua fragilidade. A paridade de armas entre concorrentes não os obriga a comunicar uns aos outros qual ou quando será o seu próximo evento de campanha. Absolutamente nada impedia os investigantes de conduzir evento assemelhado, com a participação de eventuais apoiadores notáveis, inclusive às vésperas do pleito, de modo que o fato de não terem adotado tal estratégia de comunicação não induz conduta abusiva de quem fez diferente.

52. O item “d”, por sua vez, perece tão logo se assenta a licitude do evento. Especialmente em uma eleição presidencial (de extensão nacional, portanto), um evento eleitoral, sua divulgação e transmissão são naturalmente voltadas à maior quantidade de eleitores.

53. À medida em que na execução, divulgação e transmissão se investem recursos financeiros módicos e não excessivos (o que ocorre *in casu*), a grande reprodução do evento, se ocorreu, revelou nada mais que a eficiência do planejamento estratégico da campanha. Sobre o assunto, embora já impugnado

em contestação, observa-se que nenhum elemento probatório demonstra investimento em impulsionamento além do razoável.

54. Em linhas conclusivas, por uma remota possibilidade de se considerar pela irregularidade do evento, é importante destacar a sua incapacidade de desequilibrar o pleito em favor dos investigados.

55. Primeiramente, o evento ocorreu antes 1º Turno. A concretização da disputa de 2º turno entre os investigantes e os investigados já demonstra que não houve desequilíbrio do pleito em favor de um ou outro no 1º turno, já que ambos foram ao 2º turno.

56. Em seguida, destaca-se a insubsistência da alegação de que, segundo os investigantes, o evento atingiu a lisura do processo eleitoral. Para eles, como visto na manifestação de ID 158620707, o grave impacto do evento na lisura de todo o processo eleitoral ocorre porque a ausência de declarações doações estimáveis é um indício de que obrigações eleitorais acessórias foram descumpridas.

57. Ocorre que o referido argumento é uma contradição em termos, além de não se coadunar com as provas dos autos. Primeiramente, como visto, a ausência de declaração de doações estimáveis é correta, pois os artistas ali estavam como cidadãos e cidadãs, sem qualquer recebimento para tanto. Em segundo lugar, o “*descumprimento de obrigações eleitorais acessórias*”, se verdade fosse, jamais poderia induzir em gravidade e impacto suficiente para desequilibrar uma eleição.

58. Por fim, quanto ao evento em si, observa-se que não há gravidade quantitativa ou qualitativa em sua realização que permita uma punição dos

investigados, fator essencial segundo a interpretação jurisprudencial deste e. TSE quanto ao art. 22 da LC nº 64/1990.

59. Para a caracterização de abuso de poder, é necessário alto grau de reprovabilidade da conduta e significativa repercussão a fim de influenciar o equilíbrio da disputa. Com vistas ao abuso de poder econômico em si, deve-se demonstrar o emprego desproporcional de recursos patrimoniais. A saber, eis a jurisprudência do Tribunal Superior Eleitoral:

"AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL. ELEIÇÕES 2018. PRESIDENTE E VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA. ABUSO DE PODER ECONÔMICO. USO INDEVIDO DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO. [...] NÃO DEMONSTRAÇÃO DA MATERIALIDADE DO ILÍCITO E DE SUA GRAVIDADE. 25. No mérito, é sabido que para se caracterizar o abuso de poder, impõe-se a comprovação, de forma segura, da gravidade dos fatos imputados, demonstrada a partir da verificação do alto grau de reprovabilidade da conduta (aspecto qualitativo) e de sua significativa repercussão a fim de influenciar o equilíbrio da disputa eleitoral (aspecto quantitativo). A mensuração dos reflexos eleitorais da conduta, não obstante deva continuar a ser ponderada pelo julgador, não constitui mais fator determinante para a ocorrência do abuso de poder, agora revelado, substancialmente, pelo desvalor do comportamento. 26. O abuso do poder econômico, por sua vez, caracteriza-se pelo emprego desproporcional de recursos patrimoniais (públicos ou privados), com gravidade suficiente para afetar o equilíbrio entre os candidatos e macular a legitimidade da disputa." [...] (AIJE n. 0601779-05.2018.6.00.0000, Tribunal Superior Eleitoral, Relator: Luis Felipe Salomão, Publicado em 11/03/2021)

60. A conduta dos investigados não é reprovável em nenhum grau. Um evento de encerramento de uma campanha presidencial, nos moldes do ocorrido, se revela perfeitamente razoável e incapaz de desequilibrar a disputa eleitoral. A

presença de artistas, no mesmo sentido, nada mais é que um desdobramento do seu direito de manifestação de apoio político, de modo que, se não pudesse entoar *jingles* de campanha, jamais poderiam utilizar publicamente qualquer outro elemento alusivo às campanhas – algo inconcebível em um Estado que se pretenda democrático.

61. Quanto aos recursos financeiros envolvidos, a modicidade do valor comprovado fala por si só. Menos de 1% (um por cento) do valor global da campanha foi investido no evento. A tese acusatória de que os artistas receberam altos cachês mostrou-se mal-sucedida com a instrução probatória.

62. Há considerar, ainda, que o evento se tratou de campanha de extensão nacional; é mais que natural esperar que o alcance virtual seja condizente com a amplitude da campanha e do número de apoiadores que se busca atingir. Ademais, a partir do fenômeno da *digitalização das campanhas*, identificado pelo Min. Luis Felipe Salomão no julgamento das AIJEs 0601771-28.2018 e 0601968-80.2018, as candidaturas buscam nos benefícios da internet a ampliação de seu alcance.

63. Assim, em virtude da perfeita licitude do evento e da ausência de abuso de poder econômico ou uso indevido dos meios de comunicação, é evidente a necessidade de se julgar improcedente a presente Ação de Investigação Judicial Eleitoral.

**II.4 – TESE SUBSIDIÁRIA. IMPOSSIBILIDADE DE CONDENAÇÃO DOS INVESTIGADOS
POR INEDITISMO DA MATÉRIA. VIRAGEM JURISPRUDENCIAL. ART. 16 DA
CONSTITUIÇÃO FEDERAL**

64. Subsidiariamente, **caso se entenda por superar os precedentes do STF e desta própria Corte Superior Eleitoral elencados acima**, que demonstram a licitude da manifestação política por artistas e impedem apenas eventos eleitorais em que a atração principal sejam essas figuras públicas, impende que tal posicionamento assuma somente efeitos prospectivos, não resultando na condenação dos investigados, em virtude do **art. 16 da Constituição Federal**.

65. De acordo com o art. 16 da Constituição Federal, “*lei que alterar o processo eleitoral entrará em vigor na data de sua publicação, não se aplicando à eleição que ocorra até um ano da data de sua vigência*”. É o que se chama de anualidade eleitoral. Dessa forma, se não é permitido sequer ao legislador alterar as regras eleitorais com prazo inferior a um ano das eleições, com mais razão se comprehende ser indevida a inovação jurisprudencial e a aplicação imediata *pos factum*.

66. Conforme já delineado, as decisões tomadas por este Tribunal nestes autos revelam que parte do caso trata de uma situação inédita, jamais apreciada, a saber: a entonação de *jingles*, por artistas, em comício de campanha. Isso se confirma, absolutamente, a partir do questionamento já mencionado no parágrafo 22, qual seja: “*Superados esses pontos, chega-se ao tema que parece se apresentar como questão inédita, a ser discutida nestes autos: a apresentação de artistas nos comícios, para executar jingles da campanha ao vivo, é capaz de atrair a vedação do art. 39, § 7º, da Lei 9.504/97?*”

67. Dessa forma, não havendo regulamentação legal específica quanto ao tema, tampouco orientação jurisprudencial, certo é que qualquer entendimento firmado na ocasião do presente julgamento deva assumir efeitos prospectivos à luz do mandamento constitucional.

68. Por todo o exposto, por qualquer ângulo que se analise a presente demanda, tem-se a impossibilidade de condenação dos investigados, seja pela absoluta licitude dos atos praticados, ou, subsidiariamente, pelo respeito ao princípio da anualidade eleitoral.

III - PEDIDOS

69. Ante o exposto, requer-se a total improcedência da presente Ação de Investigação Judicial Eleitoral, em virtude da licitude da conduta dos investigados, porquanto ausente abuso de poder ou uso indevido dos meios de comunicação.

Nestes termos, pede deferimento.

Brasília, 25 de junho de 2024.

ANGELO LONGO FERRARO
OAB/DF 37.922

RAFAEL CARNEIRO
OAB/DF 25.120

MIGUEL FILIPI PIMENTEL NOVAES
OAB/DF 57.469

FELIPE SANTOS CORREA
OAB/DF 53.708

STHEFANI LARA DOS REIS ROCHA
OAB/DF 54.357

GEAN C. FERREIRA DE M. AGUIAR
OAB/DF 61.174